



ÂNCORA FISCAL

PT ensaia contrariar equipe econômica

Partido negocia recursos para saúde e educação no projeto do arcabouço fiscal e admite apresentar emendas caso não seja atendido

» TAÍSA MEDEIROS

Em meio às negociações sobre o novo arcabouço fiscal proposto pelo governo, o relator da matéria na Câmara, Cláudio Cajado (PP-BA), se reuniu com partidos, ontem, para alinhar o texto. O encontro foi com lideranças do PSB e do PCdoB — a agenda incluía o PSD, mas foi desmarcada devido a compromissos da legenda no Palácio do Planalto. O deputado pretende divulgar o relatório, com os ajustes sugeridos pelas bancadas, entre hoje e amanhã. A intenção é que a proposta seja votada na terça-feira, com o retorno do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), da viagem aos Estados Unidos.

Enquanto isso, a bancada do PT articula fazer sugestões ao texto para evitar que sejam propostas emendas, por parte da legenda, quando a matéria for a plenário. O líder do partido na Câmara, Zeca Dirceu (PR), chegou a dizer, ontem, que “a bancada do PT não fará emendas ao arcabouço fiscal”. Contudo, parlamentares da sigla não descartam essa possibilidade. Tal movimentação desagradaria a equipe econômica. Com parlamentares destacados para análise da proposta em diversos aspectos, a base petista busca assegurar, especialmente, os recursos para saúde e educação.

“Nossas propostas, do PT, já estão sendo apresentadas diretamente ao próprio governo, assim como outros partidos que compõem a base estão apresentando ao relator e ao governo”, disse a deputada Maria do Rosário (RS), segunda secretária

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



O líder do partido na Câmara, Zeca Dirceu (PR), chegou a dizer que “a bancada do PT não fará emendas ao arcabouço fiscal”

da Câmara. “A bancada do PT vota toda com o governo. Mas tem propostas? Ah, claro que tem!”, assegurou.

Nos bastidores, a bancada diz entender que a Câmara, de maneira geral, costuma adotar posições mais conservadoras na área econômica. Como estratégia, parlamentares da base vêm

focando no debate dos juros. O entendimento é de que, com a redução da taxa, haverá maior lastro para ampliar investimentos públicos.

Em relação ao restante da base, o receio é de desmobilização — o que vem sendo evitado por meio de uma sequência de reuniões com o Planalto. Na

noite de ontem, o PSD divulgou nota em que informa um acordo da bancada em torno das mudanças sugeridas para que o projeto do governo obtenha apoio do partido. As propostas serão focadas em três principais pontos: o não aumento de impostos, o controle de despesas e a responsabilização.

Sanções

Um dos pontos de maior debate no projeto são os chamados “gatilhos”, sanções que podem ser aplicadas em caso de descumprimento da meta fiscal. A bancada petista já se posicionou contra esse trecho. “Queremos sustentar justamente a



A bancada do PT vota toda com o governo. Mas tem propostas? Ah, claro que tem”

Maria do Rosário,
deputada (PT-RS)

existência de serviços públicos e investimentos que fazem crescer a arrecadação. Existem diferenças com o relator, mas ele precisará ter o equilíbrio de ouvir todas as partes, já que o nosso objetivo é o processo pacificado de votação no plenário”, explicou Maria do Rosário, que defende a “aplicação de metas realistas”, em vez de punições. Conforme o texto previamente apresentado por Cajado, em caso de descumprimento da regra, o presidente da República precisaria apenas justificar os motivos por meio de uma carta.

Apesar da discordância dos petistas, a bancada assegura que votará com o governo mesmo que o texto final contenha a previsão de punições aos gestores públicos nesse contexto.

Na Câmara, o texto precisa do voto de 257 deputados. Se aprovado, seguirá para o Senado, onde depende da aprovação de 41 parlamentares. A matéria visa estabelecer novas regras fiscais em substituição ao teto de gastos, aprovado na gestão Michel Temer (MDB).

Lira avisa que arcabouço fiscal será mudado

» DENISE ROTHENBURG
Enviada especial

Nova York — Num talk show durante o Brazil Summit, promovido pelo *Financial Times*, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), foi incisivo ao dizer que, sem o novo arcabouço fiscal, o tema mais urgente que a Casa tem para votar, “o país não terá uma diretriz e ficará no limbo”. Porém, isso não significa que o texto passará sem alterações no Congresso.

Lira afirmou que a proposta tem uma “espinha dorsal razoável”, mas que a Casa fará alterações, “deixando mais claro os *enforcements* para quando as metas não forem cumpridas”. Ele frisou que essas obrigações ou execuções, que devem ser incluídas no texto, não serão impostas ao CPF dos funcionários, mas ao CNPJ do governo.

“O governo terá obrigações claras para quando as metas não forem cumpridas, se não forem cumpridas, o que acontece. Então, todas as nossas tratativas são para entregar um arcabouço em que o país tenha responsabilidade fiscal, não esquecendo a possibilidade da diminuição das desigualdades sociais”, frisou.

Ao mesmo tempo em que participa de uma série de eventos em Nova York, o presidente da Câmara organiza a próxima semana, em Brasília, para a

retomada da discussão do projeto das fake news e do próprio arcabouço fiscal, cujo texto será apresentado em breve pelo relator Cláudio Cajado.

Segundo Lira, Cajado está tratando das modificações com o próprio governo e os partidos. Quanto à redução das desigualdades, ele afirmou ser “uma tese que o governo defende e é próprio de cada governo democraticamente defender as pautas que encaminha no período eleitoral”. “Mas acho que é possível fazer com que as duas tenham convergência de atacar as necessidades de um país ainda muito desigual, como o Brasil, mas não desconhecer os aspectos fiscais, de responsabilidade, de nunca gastar mais do que arrecada. Você tem ali os seus parâmetros, e o Congresso vai contribuir para que esse texto seja aprimorado”, afirmou.

Tributária

Além do arcabouço, Lira reforçou a prioridade da reforma tributária, que considera uma oportunidade única para o país. “Essa discussão está sendo tratada com muita transparência e boa-fé. Nunca vi o Congresso tão empenhado na discussão desses temas”, ressaltou.

No entanto, está cada vez mais claro que alguns setores terão tratamento vip nesse debate, sob

Joédson Alves/Agência Brasil



Lira (E) elogiou o titular da Fazenda, Fernando Haddad: “O ministro tem tido um comportamento elogiável”

pena de não se conseguir avançar. “Alguns setores serão tratados com especificidades? Penso que sim. E outros setores vão ter de entender que têm alguns setores que, ou são tratados com especificidades, ou não teremos votos para aprovar a reforma mais branda ou mais complexa”, destacou.

A reforma administrativa — reclamada pelos setores privado e financeiro, que temem

descontrole nos gastos — ficará na gaveta por mais algum tempo, porque não há um clamor popular para que seja votada. “Com tantas pautas econômicas, entrar com mais uma, sem apoio popular, a gente pode ter o risco de não aprovar nenhuma”, argumentou.

Embora o texto esteja pronto para ir a plenário, o presidente da Câmara lembrou que, todas

as vezes em que o assunto é tratado, acaba “sequestrado” por um “lobby muito bem articulado de sindicatos”. Porém, se houver apelo popular, a proposta irá a plenário. Caso contrário — sustentou Lira —, “não dá para comprar 10 brigas de uma vez, senão você leva um murro e vai ao chão”.

Por isso, a prioridade será para a tributária: “Se conseguirmos fazer uma reforma mais dura, com

um prazo de transição maior, ou uma possível, com um prazo de transição menor, o Brasil já terá dado um passo para atrair investimentos. O Brasil precisa demonstrar que é um país, principalmente, com segurança jurídica para investimento. E essa segurança há de vir com uma tributação simples e definida.”

Ele também fez questão de elogiar o ministro da Fazenda, Fernando Haddad: “O governo tem uma ideologia própria. O partido majoritário do governo é o PT. O ministro Haddad tem tido um comportamento elogiável, tem conversado muito, feito interlocução política diretamente com o Senado, com a Câmara. A equipe econômica tem dado demonstrações de que não vai pelo caminho do sectarismo, porque isso não vai levar a nada”.

O que Lira deseja é retomar o protagonismo do Congresso em relação ao orçamento da União. Nesse sentido, ele repetiu o que havia dito no evento do LIDE. “Embora Lula esteja no seu terceiro mandato, é uma realidade completamente diferente de quando ele foi presidente das outras vezes. O Brasil de 2002 não é o de 2023. O que penso que tem de ter é uma mudança de temperamento do governo como um todo”, sugeriu.

A repórter viajou a convite do LIDE